

Greve termina, com ganhos políticos e salariais

Por unanimidade, a Assembléia Geral da Adusp de 30/7 aprovou a suspensão da greve e retomada de todas as atividades acadêmicas a partir de segunda-feira, 2/8. Com a questão de data-base já negociada, os professores aguardavam apenas a definição do novo calendário letivo pelo Conselho de Graduação (CoG) para decidir pelo encerramento ou continuidade da greve.

O documento aprovado no CoG na sexta-feira, 30/7, foi considerado compatível com as reivindicações da Adusp de calendário unificado e reposição de conteúdo sem prejuízo de qualidade. Porém, com a finalidade de evitar eventuais problemas,

a assembléia também deliberou pela criação de uma Comissão de Acompanhamento da Reposição das Aulas (leia texto nesta página).

A greve de 63 dias foi vitoriosa seja no tocante aos índices de reposição salarial conquistados, seja no aspecto político, por tudo que representou como mobilizadora dos docentes (leia editorial na página 3).

No decorrer desse período, constatou-se que a luta em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada não se limitou aos campi da capital e do interior, mas chegou às ruas e abriu espaço na mídia, realizando na sociedade o debate sobre a educação superior.



Daniel Garcia

Não às listas de frequência!!!

Na reunião de negociação realizada no dia 28/7/04, ficou acertado com o Cruesp que não haveria desconto de dias parados. Assim, qualquer pedido de listas de frequência durante o período de greve deve ser sumariamente recusado pelas autoridades administrativas da universidade, pois carece de qualquer sentido. A negociação feita com os Reitores, fruto da força e coesão do movimento de docentes e funcionários das três universidades estaduais, deve ser integralmente respeitada. Não há espaço para aqueles que tentam aproveitar-se de comunicados, já vencidos pelo andar das negociações, para ensaiar tentativas de perseguição e ameaças, incompatíveis com o legítimo exercício do direito de greve.

CoG aprova calendário unificado

Acordo firmado entre o Fórum das Seis e o Cruesp, conforme divulgado no Boletim da Adusp de 30/7, contempla princípios para a reposição de aulas que visam garantir o conteúdo e qualidade das disciplinas, o respeito aos pré-requisitos e a flexibilização dos prazos institucionais, inclusive de matrículas. A diretoria da Adusp, em reunião com as Pró-Reitoras de Graduação e de Pós-Graduação, fez um relato da negociação com o Cruesp e defendeu a proposta de calendário unificado para a USP. Na mesma reunião ficou definido que o novo calendário seria aprovado em reunião do Conselho de Graduação (CoG), a ser realizada em 30/7, seguindo os princí-

pios acima enunciados. A Adusp enviou carta a todos os membros do CoG (veja Boletim de 30/7) explicando a necessidade de calendário unificado e enfatizando que uma eventual superposição do primeiro semestre com o segundo semestre comprometeria os princípios estabelecidos. A reunião do CoG aprovou a resolução nº 5132 com seguinte calendário:

Reposição do 1º semestre:

início: 02/08;
término: 04/09

Aulas do 2º semestre:

início: 13/09;
término: 22/01

Deliberações da Assembléia Geral da Adusp de 30/7:

- Suspensão da greve a partir de 2ª feira, 2/8.
- Criação de uma Comissão de Acompanhamento das Dificuldades na Reposição das Aulas e de uma Comissão de Continuidade de Luta.
- Moção de reconhecimento do trabalho da Diretoria e de todos aqueles que se dedicaram às atividades da greve.
- Saudamos e reconhecemos o trabalho desenvolvido pelos estudantes e funcionários.

O artigo 5º da resolução 5132 do CoG admite, mediante certas condições, a possibilidade de datas diferenciadas para o início do segundo semestre. Prevendo a existência de eventuais problemas devido à redação deste artigo, a Assembléia da Adusp deliberou a formação de uma comissão de acompanhamento que

buscará, junto à Reitoria, a solução de tais questões. Alguns colegas já manifestaram interesse em participar desta comissão. Outros integrantes serão muito bem-vindos e devem enviar seus nomes à Adusp através do endereço eletrônico secretaria@adusp.org.br ou dos ramais 6644 e 6645.

Piracicaba debate o reajuste salarial

A Assembléia da Adusp em Piracicaba, em 27/7, havia mantido a reivindicação por um reajuste salarial de 9,41%. Ao mesmo tempo, nossos colegas solicitaram a presença de um diretor da entidade que pudesse explicar porque o Fórum das Seis, naquele momento, aceitava discutir com o Cruesp um índice de 2% na data base, mais 2,14% em agosto e um índice em janeiro/05 que dependerá da arrecadação do ICMS em 2004, conforme fórmula já divulgada no Boletim Especial da Adusp de 28/7 (o reajuste acumulado deverá ser em torno de 5,9%).

Uma nova Assembléia foi realizada em 30/7. Iniciou-se com informes do professor Flávio Tavares, diretor regional da Adusp, e com uma apresentação do professor Leonardo Gonçalves, do Departamento de Ciências Florestais da Esalq, sobre a evolução do quadro de pesso-

al da USP e do comprometimento orçamentário com salários nas três universidades estaduais paulistas.

Processo de luta

Em seguida o presidente da Adusp, professor Américo Sansigolo Kerr, historiou o processo de luta que travamos nesta data-base, considerando desde as grandes manifestações realizadas em torno da LDO na Assembléia Legislativa, por mais recursos para a educação pública e para as universidades em particular, até as negociações e pressões sobre o Cruesp por uma reposição salarial. Foi lembrado que o índice inicial de 16% era composto por três parcelas: 1) inflação de abril/03 a abril/04 (4,37%); 2) perda inflacionária de abril/01 a abril/03 (4,83%); 3) reposição parcial de perdas inflacionárias históricas (6%). O índice de 9,41% corresponde, portanto, à composição das

duas primeiras parcelas, ou seja, é a perda inflacionária entre abril/01 e abril/04.

Impacto social

Os informativos da Adusp foram claros desde o início, apontando que o reajuste de 16% representaria uma justa reposição salarial, mas que não caberia no orçamento das universidades. Tampouco as universidades dispunham de recursos para realizar a necessária expansão de vagas no ensino superior público paulista ou garantir de fato sua autonomia de gestão financeira.

Foi por essa razão que empreendemos grandes mobilizações por um aumento do repasse para as universidades de 9,57% para 11,6% do ICMS do Estado de São Paulo.

Mesmo não tendo alcançado esta mudança neste momento, não temos dúvida de que nosso movimento criou um grande impacto social sobre a necessidade de se

destinar mais recursos para a educação superior pública em nosso Estado. Continuaremos, em especial, a mover uma campanha contra a sonegação fiscal e o golpe do governo do Estado nos recursos públicos vinculados.

Comprometimento

Recordou-se, por fim, nosso método de previsão da arrecadação do ICMS em São Paulo e que, com base nele, publicamos em três boletins sucessivos nossas estimativas de comprometimento salarial das universidades segundo cada proposta de reajuste. Com 9,41% elas repetiriam em 2004 o nível de comprometimento acumulado de 2003, que foi bastante crítico, mas chegariam ao final do ano com uma folga orçamentária um pouco melhor.

De qualquer modo, o nosso movimento permanecia forte mesmo considerando-se os desgastes por dois meses de greve. Isso, combinado com

a evolução da economia e da arrecadação do ICMS, exigiu que o Cruesp, a despeito das pressões do governo do Estado, saísse de sua posição intransigente e apresentasse uma proposta de reposição que deverá superar as perdas inflacionárias do ano passado.

Ponderou-se que essa proposta representava um avanço significativo e que, juntamente com o auxílio-alimentação concedido aos funcionários da USP, passava a ser aceitável para uma parcela significativa de docentes e servidores das três universidades. Desta forma, a continuidade do movimento passaria a deparar-se tanto com a possibilidade de perda de unidade quanto com os limites das disponibilidades financeiras das universidades.

O debate companheiro com os 42 docentes presentes absorveu a atenção da assembléia, que acabou se encerrando sem tomar deliberações.

Atividades relacionadas à expansão de verbas para o ensino superior público

Das atividades realizadas na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) durante a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2005 (LDO2005) resultaram as seguintes tarefas a serem organizadas:

1- redação de texto explicativo sobre a trajetória das visitas aos deputados e nossa atuação na votação da LDO2005;

2- preparação e acompanhamento da audiência pública agendada para o próximo dia 11 de agosto, 14:30h, plenário Franco Montoro na Alesp, com a presença do Ministro da Educação, Tarso Genro, com o tema "Acesso à Educação Superior Pública";



Audiência Pública na Alesp

3- organização de seminários conjuntos na Alesp sobre Educação Pública, incluindo itens como o papel e o financiamento das Universidades;

4- estabelecer contato com a Comissão de Educação da

Alesp para organizar audiência pública sobre o Plano Estadual de Educação (PEE);

5- divulgar o PEE na mídia;
6- discutir estratégias de intervenções na votação da Lei Orçamentária 2005

(LO2005), que deverá ser realizada em novembro próximo;

7- estabelecer contato com candidatos a prefeitos para esclarecimento e organização de estratégias contra o Decreto 48.034/2003;

8- estabelecer contatos para obtenção de uma lei que vincule a receita das universidades estaduais à receita tributária do Estado de São Paulo;

9- participar das discussões sobre o projeto USP Zona Leste.

Aviso aos interessados: na próxima 4ª feira, 4/8, às 16h, na sede da Adusp haverá reunião para iniciar a organização das tarefas descritas acima. Compareçam!

Prazos da pós-graduação são alterados

No que se refere à pós-graduação, a Circular GAB.PRPG/50/2004, de 29 de julho de 2004, prorrogou, por 60 dias, a partir de 1º de agosto, o prazo para depósito das dissertações e teses cujos prazos venceram no período de 27/5 a 30/7 e, por 30 dias, o prazo para a conclusão das disciplinas referentes ao primeiro semestre.

As atividades didáticas correspondentes ao segundo semestre serão iniciadas em 13/9, em consonância com o calendário definido para a graduação. Situações específicas serão deliberadas pela CPG.

EDITORIAL

A greve de 2004: defesa da dignidade do nosso trabalho e da Universidade Pública

A greve de 2004 desenvolveu-se com base em dois eixos bem definidos: a defesa da educação pública em todos os níveis e a reivindicação salarial de docentes e funcionários. Como sempre, estávamos articulados no Fórum das Seis, organizando a luta conjunta de docentes, estudantes e funcionários da USP, Unesp e Unicamp. Neste movimento, enfrentamos intransigências de muitos lados: do governo Alekmin na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e do Cruesp em relação às reivindicações salariais, entre outros.

No caso da LDO, fomos capazes de pressionar deputados e governo, de sensibilizar a opinião pública e de fazer a defesa do ensino público e gratuito, em todos os níveis, repercutir nos meios de comunicação de massa. Levamos à Assembléia Legislativa propostas de aumento da dotação orçamentária para as universidades, para o Centro Paula Souza e para a Educação Básica do Estado. Além disso, sempre registramos nossa disposição de negociação e diálogo. Denunciamos o absurdo do desconto de recursos para a habitação no cálculo das receitas do ICMS destinadas às universidades; o confisco dos 5% dos salários, à guisa de contribuição previdenciária (que não é devolvida às universidades, muito embora sejam responsáveis pela folha de aposentados); o golpe do Decreto nº 48.034/03, que diminuiu a arrecadação do ICMS e, conseqüentemente, as receitas para saúde, educação e demais serviços públicos essenciais. Denunciamos também a manipulação eleitoral do projeto de expansão do ensino público pelo governo Alekmin, sem a correspondente garantia de recursos.

Pela primeira vez, desde o governo Quércia, o Executivo perdeu duas votações consecutivas de sua proposta de roteiro de votação para a LDO, fruto da pressão do movimento. No final, ficou registrado o enorme controle do Executivo sobre o Legislativo, desrespeitando a Constituição e destruindo a concepção republicana de Estado. Embora dessa vez não tenhamos tido resultado imediato, ficaram registrados a intransigência, a indisposição à negociação e o descaso do Executivo estadual com a



Daniel Garcia

educação pública, em particular com as universidades e o Centro Paula Souza. Que ninguém se iluda: o desgaste político causado pelo movimento abriu possibilidades de negociação, que iremos explorar em futuro próximo, seja na Lei Orçamentária (LO), seja na elaboração de uma lei que vincule os recursos para as universidades estaduais à receita tributária do Estado de São Paulo, só para citar dois exemplos.

No caso da campanha salarial, o movimento teve capacidade de responder com energia à intransigência análoga, desta vez oriunda do Cruesp. A reiteração de ofensivos zero por cento de reajuste na data-base, por sete vezes consecutivas, tinha o propósito de deslegitimar e enfraquecer os sindicatos de docentes e funcionários da USP, Unesp e Unicamp e a organização estudantil. Nossa resposta foi dada em vários níveis. Em primeiro lugar, pela capacidade para manter a intensidade e a força do movimento; em segundo, nossas estimativas para a evolução do ICMS foram constantemente confirmadas. Esvaziava-se a cada dia o argumento — que tantas vezes escutamos — da falta de dinheiro. O Cruesp viu-se obrigado a considerar a recomposição pela inflação como inevitável, bem como a apresentação de uma política salarial com alguma proteção à corrosão inflacionária do ano de 2004.

Sem dúvida, o movimento obteve avanços políticos e salariais significativos, apesar da intransigência do governo estadual e do Cruesp, e da omissão das autoridades universitárias na defesa de mais verbas para a Educação Superior pública.

Devemos estar atentos para o perigo das propostas de desvinculação das verbas da educação e da saúde e para a chamada reforma universitária propostas pelo governo Lula, assim como para a política irresponsável do Executivo estadual em relação aos serviços públicos essenciais, que permanecem como sérias ameaças às universidades públicas — de qualidade e socialmente responsáveis —, que defendemos com enorme dignidade e coragem nestes 63 dias de greve!

Que pretendem o CNPq e a Pró-Reitoria de Pesquisa com as Normas Pibic 2004-2005?

A Pró-Reitoria de Pesquisa (PPq) já está distribuindo bolsas com base nos novos critérios Pibic, à revelia dos muitos protestos e até mesmo de um recurso encaminhado ao Conselho Universitário pela Congregação do Instituto de Geociências (Informativo Adusp 163). Em razão da gravidade do assunto, decidimos publicar versão resumida de artigo preparado pelo professor Horstpeter Ulbrich, da Comissão de Pesquisa do IGe.

O CNPq, por meio de Resolução Normativa 015/2004, propõe para o período 2004-2005 novos critérios para distribuição das bolsas Pibic, enfatizando integralmente a figura do orientador, e não mais a dos alunos de graduação, em função do seu histórico escolar e do projeto de pesquisa. Assim, os “pesquisadores de reconhecida competência científica deverão ter precedência sobre os demais quanto ao recebimento de bolsas. Bolsistas de produtividade do CNPq, por definição, têm reconhecida competência científica”. Também é indicado que, “na dependência de disponibilidades orçamentárias, serão oferecidas bolsas de IC para pesquisadores categoria I e II do CNPq, que sejam preferencialmente orientadores de pós-graduação de cursos classificados pela Capes com nível igual ou maior que 5”.

Ora, o total de bolsistas de produtividade do CNPq encontra-se por volta de 7.800 em todo o país, um número muito inferior ao dos docentes universitários que poderiam ser orientadores de IC, até muito inferior ao número de orientadores de pós-graduação, credenciados como tais em universidades e institutos de pesquisa brasileiros. Igualmente, acenar com

a possibilidade de oferecer bolsas de IC diretamente aos orientadores que são bolsistas de produtividade do CNPq, na medida em que sejam orientadores de programas notas 5, 6 ou 7 (independentemente de considerações sobre a qualidade dos alunos), irá reduzir o número total de bolsas Pibic e concentrará na mão desses orientadores uma reserva de mercado: os alunos não mais selecionarão os seus orientadores por tema preferido ou afinidade acadêmica, profissional ou até pessoal, mas terão que dirigir as suas atenções para aqueles aquinhoados com essa reserva de mercado. Os docentes que não são bolsistas do CNPq terão pouca ou nenhuma chance de orientar bolsistas de IC.

Caráter restritivo

A PPq, após discussão genérica em reunião do Conselho de Pesquisa, com voto favorável da maioria dos participantes, foi incumbida de estabelecer critérios com base nestas normas; nas discussões, com poucas exceções, não foram levantados alertas sobre o seu caráter restritivo. A PPq estabeleceu a seguir, em comunicado enviado às instituições em 29/4/04, um novo procedimento, em que os orientadores deveriam ser classificados em categorias (A, B, C, D, E e F), em função da nota obtida pelo Programa de Pós-graduação ao qual está ligado o orientador.

Os orientadores de programas com notas 6 ou 7 seriam da categoria A (se mostrassem, ainda, “indicadores de pesquisa” como a de ser bolsistas do CNPq, obtenção de projeto 1 na PPq, ser pesquisador principal de projeto temático, etc.) ou B (se não mostrassem “indicadores de pesquisa”), os com nota 5 seriam da categoria B (ou C), os com nota 4 da categoria C

(ou D), e assim por diante. Seguem comentários adicionais sobre a decisão da PPq:

1) Exclui praticamente todos os programas com notas menores, no caso das instituições com mais de um programa de pós-graduação. Os orientadores de programas 6 ou 7 poderiam levar todas as bolsas, independentemente da capacidade *individual* para orientar ou pesquisar de cada um dos seus orientadores. Apenas algumas sobras ficariam para os orientadores de programas 5, e nada para os com nota 4 ou menor.

2) A mudança de contexto, muito radical, obedece à premissa de que *os melhores orientadores são também os com melhor avaliação institucional*. Premissa discutível tanto do ponto de vista filosófico como histórico, haja visto que a experiência acumulada no IGe-USP mostra que, das aproximadamente 150 bolsas Pibic recebidas até hoje, 51% foram concedidas a orientadores que não são (ou não foram) bolsistas do CNPq e que, das 22 últimas bolsas concedidas ao IGe, 50% foram para orientadores que não pertencem ao programa nota 7 atuante na Instituição. Mais, das três menções honrosas recebidas por bolsistas do IGe nos últimos anos, duas foram obtidas por alunos de orientadores que não são do programa nota 7 e não são (ou foram) bolsistas do CNPq.

Áreas excluídas

3) Desconsidera áreas inteiras do conhecimento. Exemplo: a Faculdade de Medicina, com 30 programas de pós-graduação. Desses, 10 aparecem com a nota máxima 5, enquanto 8 mostram notas menores (Clínica Cirúrgica, Dermatologia, Gastroenterologia, Hematologia, Obstetrícia, Oftalmologia, Cirurgia Plástica e Urologia). As chan-

ces dos orientadores desses programas para obter bolsas de IC, caso se interessem pelo programa Pibic, ficam remotas ou inexistentes. A proposta da PPq é “acabar” com esses programas? Não são necessários no país programas com essa temática, e médicos com pós-graduação nessas especialidades? Situação similar é encontrada na FMRP (18 programas no total, cinco com notas 6 ou 7, quatro com nota 5, e os demais com notas mais baixas), no IAG (um programa nota 7, dois com nota 5), na FCF (cinco programas ao total, três com notas menores), na FFLCH (25 programas, dos quais seis com notas 6 ou 7, nove com nota 5 e os demais com notas mais baixas), no IGe (um programa nota 7, três com nota 4) e em várias outras instituições.

4) Se implementada por vários anos, deixará sem bolsistas de IC programas inteiros, criando uma situação de “morte anunciada”. Qual a chance desses programas de evoluir e eventualmente subir de patamar, se são negadas as possibilidades de competição, independentemente da qualidade do orientador e do aluno?

5) É inteiramente discriminatória, e entra em conflito com muitas das normas do Estatuto da USP. É equivalente a selecionar, de antemão, apenas alguns entre os candidatos a algum concurso, impedindo os outros de prestarem esse concurso, em função de indicadores específicos gerenciados pelos docentes que representariam a excelência na instituição.

6) Cria um paradigma estatístico: *todos* os orientadores dos programas de notas altas seriam bons, enquanto que *todos* os pertencentes aos outros programas seriam menos aptos. Qual é a distribuição estatística que justifica esta conclusão?

Cabe também lembrar que as notas atribuídas pelos comitês da Capes criaram insatisfação em muitas instituições, porque programas com notas bastante diferentes apresentaram indicadores não tão díspares (e.g., nos prazos similares de finalização de dissertações e teses; nas evasões de pós-graduandos; no número de pós-graduandos formados, por vezes não muito diferentes; no número e nível de publicações; etc.). Ou seja, a própria nota Capes é passível de contestação, e não pode nunca ser tomada como indicador único para qualquer avaliação.

Por enquanto, a proposta de criar vantagens evidentes para os programas considerados de excelência, ou eventualmente para os bolsistas de produtividade, é apenas para bolsas de IC. E se o exemplo se difunde? Seria apenas um passo adicional o de adotar (ou querer adotar) modos idênticos para bolsas de pós-graduação e para a concessão de auxílios de pesquisa. Os solicitantes seriam categorizados conforme o programa, ou o fato de serem bolsistas de produtividade (ou algum outro indicador genérico de excelência): naturalmente, preferência para os dos programas com notas mais altas e/ou bolsistas do CNPq, e recursos minúsculos ou inexistentes para os demais. Dispensam-se comentários.

É bom não esquecer: a maioria dos orientadores de pós-graduação não pertence a programas notas 6 ou 7, sendo também ilusório assumir que todos os orientadores desses programas devam automaticamente ser considerados de excelência.

Medidas como esta deixam nas mãos de um universo reduzido de docentes o destino de linhas inteiras de pesquisas e o progresso dos outros docentes, os “não enquadrados”, na vida da universidade.